

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA ENSINO FUNDAMENTAL

FOOD AND NUTRITION: IN THE NATIONAL CURRICULAR PARAMETERS FOR FUNDAMENTAL TEACHING

Carla Bianca Gonzaga Gazola¹

¹Especialista em Docência no Ensino Superior, Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal – Cacoal/RO, Nutricionista da Atenção Básica na Secretária Municipal de Saúde – Campo Novo de Rondônia/RO. Email: carlagazola@outlook.com

RESUMO

A promoção de saúde no ambiente escolar torna-se uma prática de grande relevância levando aos alunos práticas saudáveis, externando a vida adulta e difundindo temática, desta forma reduzirá os numericamente os casos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Este trabalho tem como objetivo defender a inserção da alimentação e nutrição nos parâmetros curriculares nacionais para ensino fundamental, como formar de promoção a saúde e prevenção a agravos e fibras, carboidratos e proteína, sendo uma alternativa de lanche saudável e nutritivo. O presente estudo realizou levantamentos da atuação do profissional nutricionista, transição epidemiológica, educação e seus parâmetros, novos conceitos de saúde, trabalhos em parcerias (saúde e educação) e promoção alimentação saudável. Deste modo, a educação nutricional sendo priorizada no ensino fundamental evidenciada como uma política pública premente, contribuirá para prevenção e promoção a saúde reduzindo agravos a saúde.

Palavras-Chave: Nutrição. Promoção a Saúde. Obesidade. Educação Básica

ABSTRACT

The promotion of health in the school environment becomes a practice of great relevance taking students to healthy practices, externalizing adult life and diffusing thematic, in this way will reduce numerically the cases of Chronic Non communicable Diseases (DCNT). This work aims to defend the insertion of food and nutrition in the national curricular parameters for elementary education, such as health promotion and prevention of diseases and fiber, carbohydrates and protein, being a healthy and nutritious snack alternative. The present study carried out surveys of the professional nutritionist, epidemiological transition, education and its parameters, new concepts of health, work in partnerships (health and education) and promotion of healthy eating. Thus, nutritional education being prioritized in elementary education evidenced as a pressing public policy, will contribute to prevention and promotion of health reducing health problems.

Keywords: Nutrition. Health Promotion. Obesity. Basic education.

INTRODUÇÃO

A promoção de saúde no ambiente escolar tem sido uma prática recomendada e estudada por diversos órgãos, as crianças apresentam uma grande sensibilidade em aprender novos conceitos, levando essas práticas saudáveis a vida adulta e difundindo temática, desta forma reduzirá os numericamente os casos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Este trabalho tem como objetivo defender a inserção da alimentação e nutrição nos parâmetros curriculares nacionais para ensino fundamental, como formar de promoção a saúde e prevenção a agravos.

COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das suas competências, elaborou a Resolução CFN Nº 600, DE 25 de fevereiro de 2018, a qual dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indicando parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade, como forma de orientação e fiscalização da atuação do profissional, bem como dos direitos e deveres da categoria.

No âmbito de nutrição em saúde coletiva, e de competência do nutricionista: organizar, coordenar, supervisionar e avaliar os serviços de nutrição; prestar assistência dietoterápica e promover a educação alimentar e nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas ou privadas, e em consultório de nutrição e dietética; atuar no controle de qualidade de gêneros e produtos alimentícios; participar de inspeções sanitárias (BRASIL, 2018).

TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Nos últimos anos ocorreram inúmeras mudanças socioeconômicas, geográficas, políticas e tecnológicas, e por consequência no estilo de vida da população, afetando nos hábitos alimentares com aumento no consumo de alimentos ricos em açúcares, gorduras, sal e aditivos e pobres em minerais, fibras e vitaminas (MAXIMIANO, 2010).

As mudanças foram expressivas nos indicadores de morbimortalidade da população, devido ao aumento significativo da expectativa de vida, redução nas taxas de mortalidade infantil e de mortalidade por doenças infecciosas e ao aumento no surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como: diabetes mellitus,

doenças cardíacas, câncer e obesidade, patologias estas ligadas a hábitos alimentares, influenciando no perfil epidemiológico, modificando a morbimortalidade (PEREIRA, et al, 2015).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, em conjunto com a o Estado a Lei 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional apresentam entre as suas bases diretrizes o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição no sistema de saúde (BRASIL, 2012).

Segundo PNAN, o padrão de consumo alimentar varia de acordo com os grupos etários, entre os mais novos, prevalece o consumo de alimentos ultra-processados, que tendem a diminuir com o aumento da idade, entretanto o inverso é observado entre as frutas e hortaliças. Os adolescentes são o grupo com pior perfil da dieta, com as menores frequências de consumo de feijão, saladas e verduras em geral, apontando para um prognóstico de aumento do excesso de peso e doenças crônicas (BRASIL, 2012).

Outro fator a ser considerado, trata-se da introdução de alimentos, devendo ser feita em tempo oportuno, em quantidade e qualidade adequadas a cada fase do desenvolvimento infantil. Esse é o momento em que os primeiros hábitos são adquiridos e formados e a correta inserção dos alimentos tem o papel de promoção à saúde e hábitos saudáveis, além de proteger a criança de deficiências de micronutrientes e doenças crônicas na idade adulta (BRASIL, 2012).

Em vinte anos, as prevalências de obesidade em crianças entre 5 a 9 anos foram multiplicadas por quatro entre os meninos (4,1% para 16,6%) e por, praticamente, cinco entre as meninas (2,4% para 11,8%). Nos adolescentes, após quatro décadas de aumento gradual nas prevalências, em torno de 20% apresentaram excesso de peso (com pequena diferença entre os sexos) e quase 6% dos adolescentes do sexo masculino e 4% do sexo feminino foram classificados como obesos. Na população adulta, houve aumento do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias e de renda (BRASIL, 2012).

EDUCAÇÃO E SEUS PARÂMETROS

A definição para educar significa: ir de um lugar para outro, transmite a ideia de introduzir alguém ao mundo através da orientação e que também pode ser entendido como “levar junto para outro lugar”, termo educar é muito mais abrangente

quando colocado em prática, permitindo transmitir e formular saberes que serão perpetuados ao longo da vida (SILVA, 2013).

A escola como um espaço de relações é ideal para o desenvolvimento do pensamento crítico e político, na medida em que contribui na construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo e interfere diretamente na produção social da saúde (BRASIL, 2011).

A proposta de criação de uma base comum curricular tem sido estudada desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, indicada, no artigo 210, a necessidade de se estabelecer “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum” (BRASIL, 2017).

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é promoção da igualdade na educação, na medida em que garante aos alunos o acesso ao mesmo conteúdo nas escolas de todo o país, reduzir a situação de exclusão social. Desta forma, a BNCC propõe oferecer equidade de oportunidades através da definição das aprendizagens essenciais que crianças e jovens precisam desenvolver ano a ano durante a Educação Básica (BRASIL, 2017).

Os aprendizagens são organizadas em competências e habilidades, conduzindo a formação integral de todos os estudantes em suas variadas dimensões (intelectual, afetiva, ética, física, sociopolítica etc.). Esse direcionamento está ligado aos princípios éticos, estéticos e políticos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e visa à consolidação de um pacto Inter federativo (BRASIL, 2017).

A escola é um local fundamental para o desenvolvimento de um programa de educação para a saúde entre crianças e adolescentes, oferece a possibilidade de educar por meio da construção de conhecimentos resultantes do confronto dos diferentes saberes: sendo os conhecimentos científicos veiculados pelas diferentes disciplinas; aqueles trazidos pelos alunos e seus familiares e que expressam crenças e valores culturais próprios; os divulgados pelos meios de comunicação, que exercem forte influência sociocultural; e aqueles trazidos pelos professores, a união dos diferentes saberes resulta na cultura escolar (BRASIL, 2009).

PROMOÇÃO A SAÚDE

A alimentação e nutrição compõe os requisitos fundamentais para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. A abordagem de ambas temáticas é um direito de ser ofertado pelas entidades públicas, na valorização do ser humano, para além da condição biológica e o reconhecimento de sua centralidade no processo de produção de saúde (BRASIL, 2012).

No ano de 1986 ocorre a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), com o objetivo de discutir a nova proposta da estrutura e política de saúde para o país. A partir deste contexto, a constituição de 1988, define que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (NEVES, 2015).

O Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, foi criado em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população brasileira, contribuindo para o fortalecimento de ações visando o desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos onde a saúde e a educação estejam interligados, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros (BRASIL, 2011).

A escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças, as ações do ponto de vista epidemiológico que são consideradas prioritárias para os educandos são: Avaliação antropométrica; Atualização do calendário vacinal; Detecção precoce de hipertensão arterial sistêmica (HAS); Detecção precoce de agravos de saúde negligenciados (prevalentes na região: hanseníase, tuberculose, malária etc.); Avaliação oftalmológica; Avaliação auditiva; Avaliação nutricional; Avaliação da saúde bucal; Avaliação psicossocial. A aplicação destes possibilita obtenção de informações sobre o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes, atuando como caráter de triagem, devendo ser encaminhados à unidade básica os educandos com necessidades de maiores cuidados (BRASIL, 2011).

Segundo a RESOLUÇÃO/FNDE Nº 26, de 2013, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar

aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2013).

A alimentação escolar tem por finalidade: ofertar alimentação saudável e adequada, com uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; participação da comunidade no controle social e apoio ao desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2013).

As práticas alimentares saudáveis devem ter como enfoque prioritário o resgate de hábitos alimentares regionais inerentes ao consumo de alimentos, produzidos em nível local, culturalmente referenciado e de elevado valor nutritivo (BRASIL, 2002).

Alimentar-se significa muito mais do que comer, o alimento não só satisfaz uma das necessidades primárias, como a fome, mas também constitui um importante estímulo sensorial, visto que tem propriedades de estimular os órgãos dos sentidos humanos: visão, audição, olfato, paladar e tato. Além disso, a alimentação atua como um integrador social, possibilitando encontrarmos, compartilharmos e comunicarmos (BRASIL, 2009).

Alimentação é um ato nutricional, que envolve a adequação de nutrientes e calorias, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, condutas, crenças e situações, desta forma os alimentos são importantes quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come (BRASIL, 2009).

A escolha dos alimentos é fortemente influenciados pelos fatores econômicos e sociais que rodeiam o indivíduo e sua família. Cada grupo populacional tem um padrão alimentar que é próprio, resultado da interação de usos, costumes e tradições que se transitam e se modificam ao longo da sua história. Os amigos, a familiares, a escola, o preço, a moda, o

prazer, o status e a mídia, a cultura e, eventualmente, as crenças religiosas são alguns dos fatores que influenciam as escolhas alimentares (BRASIL, 2009).

A Lei de 11.346/2006, ou seja a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Decreto 7272/2010 de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN), apresentam suas bases direcionadas as ações de alimentação e nutrição no sistema de saúde, contribuindo que a população tenha acesso a alimentos de qualidade, monitoramento da situação nutricional e alimentar, promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, prevenção e controle de distúrbios nutricionais e doenças associadas a nutrição entre outros (BRASIL, 2012).

MATERIAL E MÉTODO

O estudo se trata de uma revisão sistemática, realizada mediante a pesquisa de dados eletrônicos, em que foram triados os artigos científicos, manuais, cartilhas, legislações com temática em português relacionadas a atuação do profissional nutricionista, promoção a saúde e a educação e seus parâmetros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação alimentar e nutricional valorizada por inúmeros programas, apresenta equívoco no conjunto das propostas, sendo uma problemática histórica, desde os antepassados as ações de educação nutricional, tinha uma visão como missão de todos, não identificando a responsabilidade direta de nenhum profissional e setor específico. Embora a assistência e educação alimentar e nutricional constituam ações privativas do

nutricionista, conforme disposto na Lei 8.234/91, que regulamenta a sua atuação profissional, a promoção da alimentação saudável tem caráter mais amplo, transcorrendo não somente ações de outros profissionais, como também iniciativas sobrepujando os serviços de saúde, o nutricionista deve ser a referência para os demais profissionais (BOOG, 2008).

A avaliação nutricional permite determinar as necessidades de uma intervenção alimentar, a nutrição é reconhecidamente um fator crítico na promoção da saúde e prevenção das doenças, a má nutrição moderada pode trazer consequências tardias no desenvolvimento cognitivo das crianças e no seu rendimento escolar. Uma criança com desnutrição ou obesidade, tem mais chance de adoecer, de faltar à escola, interferindo no seu rendimento escolar em relação à sua turma, levando-a a ter dificuldade de concentração entre outros. (BRASIL, 2009).

CONCLUSÃO

Em resumo, os dados epidemiológicos são preocupantes do estado nutricional da população brasileira, necessitam de intervenções imediatas, a implantação da temática de alimentação e nutrição nos parâmetros curriculares nacionais para ensino fundamental, devem ser uma política pública de caráter permanente essenciais à saúde, como percorrido no estudo, crianças e adolescentes estão em processo de formação, sendo um campo aberto para execução e propagação de novos conhecimentos, válido salientar que a promoção a saúde requer investimentos em sua concretização e nos requisitos necessários para realização, proporcionando promoção, recuperação e manutenção da saúde da população.

REFERÊNCIAS

BOOG, Maria Cristina Faber. **Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável**. Revista Ciência & Saúde, v. 1, n. 1, p. 33-42, Porto Alegre, 2008.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 Maio. 2018.

BRASIL, RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília, 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução No.600/2018. **Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por áreas de atuação e dá outras providências**. Brasília; 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Comum Curricular: Educação é a base– Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2715, 17 de Novembro de 2011.

Política Nacional de Alimentação e Nutrição Brasília, Df, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

MAXIMIANO, Rejany de Paula da Silva. **A Importância da Inserção do Nutricionista na Estratégia Saúde da Família Durante a Assistência ao Pré Natal de Mães**

Adolescentes. Trabalho de conclusão de curso de pós Graduação, Lato Sensu em Saúde da Família. Leopoldina, MG, 2010.

NEVES, Andressa S. C. **História e Conceitos de Saúde Pública**. Valinhos, 2015.

PEREIRA, Rafael Alves; SOUZA, Rosani Aparecida Alves; VALE, Jéssica de Sousa. **O Processo de Transição Epidemiológica no Brasil: Uma Revisão de Literatura**. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente 6(1): 99-108, 2015.

SILVA, Léa Ribeiro Da. **Docência na contemporaneidade: Desafios para professores no ensino superior**. Trabalho de conclusão de curso de pós Graduação, em Docência do Ensino Superior, São Paulo, 2013.